



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Plano de Transformação Digital (2025/2026)

ABRIL/2025

Controle de Versões

Versão	Data	Responsável	Descrição
1.0	02/08/2022	Marcos Tork Souza (APGTIC/STI)	Versão inicial
1.1	26/08/2022	Emanoel Flexa (STI)	Definição de Serviços e Revisão Final.
1.2	25/05/2023	Emanoel Flexa (STI) Marcos Tork Souza (APGTIC)	Revisão Geral do Plano Ajuste de datas de ações. Acréscimo de ações para computação em nuvem
1.2	20/04/2024	Emanoel Flexa (STI) Marcos Tork Souza (APGTIC)	Revisão Geral do Plano Acréscimo de ações para computação em nuvem e tecnologia de suporte CI/CD. Retirada da ação relacionada a Chatbot para inclusão de ação aquisição de solução Ominichannel para integração de canais de comunicação do TRE-AP
1.3	07/04/2025	Emanoel Flexa (STI) Marcos Tork Souza (APGTIC)	Atualização da lista de serviços, conforme nova Carta de Serviços do TRE-AP Adição do status das ações que compõem este PTD

Sumário

2. Objetivo Geral.....	4
3. Tecnologias Habilitadora	5
4. Metodologia	5
5. Vigência e Revisão do PTD.....	6
6. Definição das Ações Estruturantes e Desdobramento Tático	6
7. Inventário de Serviços do TRE-AP.....	7
7.1. Transformação Digital de Serviços	14
7.2. Integração de Canais Digitais	15
7.3. Interoperabilidade de Sistemas.....	16
8. Estratégia para Monitoramento dos Serviços Digitais	16
8.1 Implantação dos Serviços	16
8.2 Sustentação dos Serviços	16
9. Carta de Serviço à Sociedade	17
10. Conclusão	17

1. Introdução

A transformação digital de uma organização utiliza recursos tecnológicos para fornecer serviços mais rápidos, com maior disponibilidade e simplicidade, atendendo a população de forma mais acessível, eficiente e cômoda. Além disso, permite a redução de custos e maior controle da gestão destes serviços.

Com estes benefícios em mentes, e orientado pela Resolução nº 370/2021 que estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) institui este Plano de Transformação Digital. Deve ser ressaltado que a Transformação Digital de um Órgão **vai além dos limites do departamento de tecnologia e comunicação**, sendo necessário o engajamento de todas as áreas do órgão que também são responsáveis pela transformação por meio da execução do plano.

Ressalta-se que esse plano vai registrar também não somente os serviços futuros que passarão por transformação digital, mas também os serviços que foram transformados digitalmente após a publicação da Resolução CNJ 370/2021, com o intuito de registrar a atuação do Tribunal nesta área.

Adicionalmente, serão registradas também as ações realizadas majoritariamente pelo TSE para atendimento ao Programa Justiça 4.0.

2. Objetivo Geral

Com a efetivação do Plano de Transformação Digital – PTD, o TRE-AP objetiva oferecer melhores serviços à sociedade. Com este intuito, o grupo de trabalho responsável pela criação do PTD, representado pelo Comitê de Governança de TIC, concentrou-se nas seguintes atividades:

- Identificar e avaliar o potencial de serviços públicos digitalizáveis;
- Simplificar e agilizar a prestação de serviços à comunidade;
- Oferecer mecanismos de avaliação dos serviços à comunidade;
- No quesito foco no Cidadão:
 - Consolidar o órgão como excelência;
 - Aumentar a qualidade e os serviços oferecidos;
 - Facilitar acesso ao serviço;
 - Transparência ativa da informação.
- No quesito Foco no Poder Judiciário
 - Promover a gestão eficiente dos recursos humanos, materiais e financeiros;
 - Aumentar a capacidade e a abrangência dos serviços.

3. Tecnologias Habilitadora

A Transformação Digital é um processo contínuo que visa reinventar os serviços existentes e, também, influenciar a criação, desenvolvimento e monitoramento dos serviços futuros. Este contexto alinha-se com a adoção de determinadas tecnologias e metodologias, em especial a computação em nuvem (*cloud computing*) e ciclos de integração e entrega contínua (*Continuous Integration and Continuous Delivery – CI/CD*).

Essa integração e entrega contínua estipulam práticas que permitem o desenvolvimento de aplicações e a integração de novas funcionalidades com maior agilidade e segurança. Este objetivo é atingido através de tecnologias que incluem a automação e monitoramento de todo o ciclo de desenvolvimento, permitindo que problemas de integração entre o código novo e o antigo, ou entre sistemas novos e antigos, sejam percebidos rapidamente e de forma automatizada, diminuindo a incidência de erros na entrega de projetos, facilitando a sua correção ao longo do processo de desenvolvimento, aumentando o fluxo de integração e comunicação entre os membros da equipe, entre outros benefícios providos.

A adoção da computação na nuvem promove diversos benefícios que não apenas facilitam o processo de transformação digital, mas também aprimoram a qualidade dos serviços oferecidos. A computação na nuvem permite uma gestão mais eficiente dos recursos computacionais, acesso a uma gama maior de funções e módulos prontos que agilizam o desenvolvimento de novas aplicações, aumentando a eficiência tanto na construção de novas soluções quanto na disponibilização dos recursos de tecnologia da informação para os desenvolvedores e usuários dos sistemas do tribunal.

4. Metodologia

O Comitê de Governança de TIC (CGOVTIC) do TRE-AP (Portaria Presidência Nº 240/2018) estabeleceu a estratégia de transformação digital do TRE-AP através das seguintes ações:

- Identificação dos serviços oferecidos pelo órgão, que agregam valor diretamente a sociedade e representam as atividades essenciais que o TRE-AP executa para cumprir sua missão.
 - Os serviços finalísticos foram identificados através da cadeia de valor do TRE-AP e utilizando-se como referência as Cartas de Serviços ao Cidadão do 1º e 2º Graus.
- Levantamento dos serviços passíveis de serem transformados digitalmente.
- Definição de quais áreas finalísticas terão maior prioridade para maximização da quantidade de serviços a serem disponibilizados digitalmente à sociedade.

- Alinhamento dos serviços oferecidos com os direcionamentos do Programa Justiça 4.0.
- Para cada serviço, sugere-se análise de viabilidade para a implementação e sustentação. Essa análise pode ser considerada como um dos critérios de priorização.
- Após aprovação e publicação do plano, o CGOVTIC deverá realizar análise, definição e articulação dos recursos humanos e tecnológicos necessários para a efetivação do PTD.
- Definição de um programa de Transformação Digital com os planos de projetos e cronograma para a elaboração e execução de projetos para tornar digitais os serviços inventariados. Os planos poderão conter:
 - Mapeamento dos processos e levantamento de requisitos;
 - Desenvolvimento da solução e/ou utilização de ferramenta de automação de fluxo de processos;
 - Homologação da Solução;
 - Capacitação da equipe do órgão;
 - Atualização da Carta de Serviço do Órgão;
 - Publicidade no novo serviço.
- Inclusão do PTD no PDTIC.

5. Vigência e Revisão do PTD

O PTD será objeto de revisão periódica, pelo menos anualmente, buscando adequações a realidade do TRE-AP, da sociedade e de mudanças do Judiciário. Além desta revisão programada, o mesmo será revisado tão logo o grupo de trabalho instituído pelo Tribunal Superior Eleitoral, através da Portaria nº 547/2021, publique a minuta do Plano de Transformação Digital da Justiça Eleitoral (PTD-JE).

6. Definição das Ações Estruturantes e Desdobramento Tático

As ações estruturantes devem realizar ganhos de escala, reuso, padronização, integração, aquisições conjuntas com outros órgãos do judiciário. Pela ENTIC-JUD, Resolução 370/2021, as ações devem contemplar, no mínimo:

- I. Transformação Digital de Serviços;
- II. Integração de Canais Digitais;
- III. Interoperabilidade de Sistemas; e
- IV. Estratégia de Monitoramento.

7. Inventário de Serviços do TRE-AP

Relação de serviços contidos na Carta de Serviços do TRE-AP:

SERVIÇO	CATEGORIA	UNIDADE	DESCRIÇÃO	FORMA	ACESSO DIGITAL
Alistamento Eleitoral	Serviço Eleitoral	Cartório Eleitoral	O alistamento eleitoral é um dos requisitos obrigatórios para que a eleitora ou o eleitor possa votar, eleger seus representantes e ser votado, caso venha a se candidatar.	Presencial e Digital	https://www.tre-ap.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral
Inscrição Eleitoral	Serviço Eleitoral	Cartório Eleitoral	É o procedimento para tirar o Título de Eleitor pela primeira vez.	Presencial e Digital	https://www.tre-ap.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral
Transferência de domicílio eleitoral	Serviço Eleitoral	Cartório Eleitoral	É o ato pelo qual a eleitora ou eleitor solicita a transferência do título eleitoral em caso de mudança de sua residência para outro município.	Presencial e Digital	https://www.tre-ap.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral
Revisão Eleitoral (dados cadastrais)	Serviço Eleitoral	Cartório Eleitoral	Procedimento pelo qual a eleitora ou eleitor solicita alteração do nome ou qualquer outro dado pessoal, como casamento, separação ou outro processo, mudança de endereço no mesmo município ou quer alterar seu local de votação (dentro do mesmo município).	Presencial e Digital	https://www.tre-ap.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral
Segunda via	Serviço Eleitoral	Cartório Eleitoral	Procedimento pelo qual a eleitora ou eleitor solicita segunda via do título de eleitor.	Presencial e Digital	https://www.tre-ap.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral
Voto em trânsito	Serviço Eleitoral	Cartório Eleitoral	É o procedimento por meio do qual os eleitores que não estiverem em seu domicílio eleitoral poderão votar em urnas especialmente instaladas nas capitais e nos municípios com mais de 100 mil eleitores.	Presencial e Digital	https://www.tre-ap.jus.br/servicos-eleitorais/voto-em-transito

Transferência temporária de eleitores	Serviço Eleitoral	Cartório Eleitoral	Às eleitoras e aos eleitores (I) membras e membros das Forças Armadas, das polícias federal, rodoviária federal, ferroviária federal, civis e militares, dos corpos de bombeiros militares e das guardas municipais, que estiverem em serviço no dia do pleito; (II) com deficiência ou mobilidade reduzida; (III) pessoa indígena, quilombola e pertencente a comunidades remanescente (IV) mesárias, mesários e apoio logístico, (V) juízas, juízes, promotoras e promotores eleitorais, servidoras e servidores da Justiça Eleitoral, assim como (VI) presas, presos provisórios e adolescentes em unidades de internação será assegurada a possibilidade de requererem Transferência Temporária de Eleitor - TTE.	Presencial e Digital	https://www.tre-ap.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral
Quitação Eleitoral	Serviço Eleitoral	Cartório Eleitoral	A quitação eleitoral é a comprovação de que a eleitora ou eleitor encontra-se na plenitude do gozo dos seus direitos políticos e dispõe de regular exercício do voto – salvo quando facultativo –, bem como tem atendido às convocações da Justiça Eleitoral (JE) para auxiliar nos trabalhos relativos às eleições. A quitação eleitoral também demonstra que a pessoa eleitora não tem contra si multas aplicadas, em caráter definitivo, pela JE e não remetidas (perdoadas), excetuadas as anistias legais.	Presencial e Digital	https://www.tre-ap.jus.br/servicos-eleitorais/quitacao-de-multas
Certidão Criminal Eleitoral	Serviço Eleitoral	Cartório Eleitoral	Certidão que comprova a existência ou não de registros criminais eleitorais que tenham decisão transitada em julgado em nome do eleitor.	Presencial e Digital	https://www.tre-ap.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/crimes-eleitorais
Justificativa Eleitoral	Serviço Eleitoral	Cartório Eleitoral	Procedimento usado para justificar o não-comparecimento às eleições.	Presencial e Digital	https://www.tre-ap.jus.br/servicos-eleitorais/justificativa-eleitoral/justificativa-eleitoral
Regularização	Serviço Eleitoral	Cartório Eleitoral	Procedimento para regularizar pendências com a Justiça Eleitoral.	Presencial e Digital	https://www.tre-ap.jus.br/servicos-

					eleitorais/autoatendimento-eleitoral
Nome Social	Serviço Eleitoral	Cartório Eleitoral	A pessoa transgênera poderá, por ocasião do alistamento ou de atualização de seus dados no Cadastro Eleitoral, registrar o seu nome social e a sua identidade de gênero, bastando apenas sua autodeclaração, sendo desnecessária a prova documental respectiva.	Presencial e Digital	https://www.tre-ap.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral
Filiação Partidária	Orientações ao Eleitor	Partido Político	Ato pelo qual uma eleitora ou um eleitor aceita e adota o programa de um partido político. Vínculo que se estabelece entre o político e o partido.	Digital	https://www.tre-ap.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/filiacao-partidaria
Desfiliação partidária	Orientações ao Eleitor	Partido Político	Ato pelo qual uma eleitora ou um eleitor desliga-se de um partido político.	Presencial e Digital	https://www.tre-ap.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/filiacao-partidaria
Candidatura	Orientações ao Eleitor	Partido Político	Apresentação da candidata e candidato ao sufrágio do eleitorado. Disputar uma eleição para o cargo eletivo.	Digital	https://www.tre-ap.jus.br/partidos/candidaturas
Eleição parametrizada (eleição não oficial)	Orientações ao Eleitor	Zona Eleitoral ou TRE	Ocorre quando o voto é restrito a pessoas que possuem determinadas qualidades, podendo ser censitário, se relevar como critério de alistabilidade eleitoral a condição econômica, ou capacitário, se considerar status, poder e etc.	Presencial e Digital	mailto:protocolo@tre-ap.jus.br
Novos locais de votação	Orientações ao Eleitor	Zona Eleitoral	Criação de novos locais de votação solicitados por eleitoras e eleitores e instituições interessadas.	Presencial e Digital	https://www.tre-ap.jus.br/servicos-judiciais/balcao-virtual
Título Net	Serviço Disponíveis na Internet	Cartório Eleitoral	Trata-se de um pré-atendimento feito pela eleitora e eleitor na internet, no sítio do TRE/AP (www.tre-ap.jus.br), e serve para solicitar alistamento, transferência e revisão de dados perante a Justiça Eleitoral.	Digital	https://www.tre-ap.jus.br/servicos-eleitorais/atendimento-online/requerimento-titulo-net-1
e-Título	Serviço Disponíveis na Internet	Cartório Eleitoral	Aplicativo móvel para a obtenção da via digital do título de eleitor, permite a(o) eleitora/eleitor o acesso rápido e fácil às suas informações junto à Justiça Eleitoral, tais como: acesso à via digital desse documento, informações sobre sua situação eleitoral, sobre o seu local de votação e seção.	Digital	https://play.google.com/store/apps/details?id=br.jus.tse.eleitoral.etitulo&hl=pt_BR

Certidões	Serviço Disponíveis na Internet	Cartório Eleitoral	Serviço online de emissão de certidões. Através da internet www.tre-ap.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidoes , são emitidas várias certidões eleitorais	Presencial e Digital	https://www.tre-ap.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidoes
Sobre o uso da urna eletrônica	Orientações Gerais	Cartório Eleitoral	A urna eletrônica é um computador, dividido em 1 (um) terminal do eleitor e 1 (um) terminal de mesário. O terminal do eleitor possui teclas em braile, para a digitação dos números dos candidatos e verificação da foto, e os botões em BRANCO; CORRIGE e CONFIRMA. O terminal do mesário é composto por um teclado onde é feita a digitação do número do título do eleitor e liberação da urna para votação.	Digital	https://www.tre-ap.jus.br/eleicoes/urnas-eletronicas
Como votar	Orientações Gerais	Cartório Eleitoral	A urna eletrônica possibilita a eleitora e eleitor votar nominalmente, ou seja, na(o) candidata/candidato escolhida(o), ou na legenda partidária, digitando os dois primeiros dígitos, nas eleições proporcionais; votar em branco apertando a tecla em BRANCO, e votar nulo digitando um número que não corresponde a candidata(o) ou partido. Antes de confirmar o voto, a eleitor e o eleitor pode, a qualquer momento, apertar a tecla CORRIGE e recomeçar a digitar.	Digital	https://www.tse.jus.br/hotsites/simulador-de-votacao/
Programa Mesária(o) voluntária(o)	Ações Sociais desenvolvidas pelo TRE -AP	Cartório Eleitoral	O Programa Mesário Voluntário busca a convocação de novas(os) colaboradoras(es) para a Justiça Eleitoral, de forma consciente e espontânea, e que tenham interesse em trabalhar no processo eleitoral.	Presencial e Digital	https://www.tre-ap.jus.br/servicos-eleitorais/mesario-voluntario/mesario-voluntario
Ouvidoria	Ações Sociais desenvolvidas pelo TRE -AP	Cartório Eleitoral	A Ouvidoria tem a missão de assegurar um canal de comunicação permanente, permitindo a cidadã e cidadão fazer consultas sobre atos, programas e projetos institucionais, dar sugestões, fazer reclamações, denúncias, críticas e elogios sobre as atividades prestadas pelo TRE/AP e Zonas Eleitorais.	Presencial e Digital	https://www.tre-ap.jus.br/institucional/ouvidoria/ouvidoria
Acompanhamento Processual	Serviços prestados às partes processuais,	SEJUD CRCP CSPJ	Consiste no fornecimento de informações sobre processos e o fluxo processual desde a autuação até o envio à instância superior ou o trânsito em julgado. Informa também sobre as sessões de julgamento	Digital	https://consultaunificadapje.tse.jus.br/#/public/inicial/index

	Ministério Público e advogados		e respectivas pautas, através do balcão virtual, email ou nos próprios autos do processo eletrônico.		
Sessões de Julgamento	Serviços prestados às partes processuais, Ministério Público e advogados, estudantes, interessados em geral	SEJUD CSPJ SIJUR	Reunião de Juízes Membro do Tribunal visando proferir as decisões emanadas pelo Tribunal Pleno do TRE-AP nos Processos Judiciais e Administrativos. A Disponibilização do conteúdo dos julgamentos ocorre por meio dos Acórdãos no PJE e no sistema integrado de jurisprudência do TSE.	Presencial e Digital	https://www.youtube.com/@tribunalregionaleleitoral3947
Partidos Políticos /Informações Partidárias	Serviço prestado às Agremiações Partidárias, através de seus Órgãos Diretivos e afiliados	SEJUD CRCP SRP	É um grupo organizado, legalmente formado, com base em formas voluntárias de participação numa associação orientada para ocupar o poder político. O TRE/AP presta informações para a correta utilização do Sistema de Gerenciamento de Dados Partidários – Módulo Externo (SGIPex) e realiza o efetivo controle e acompanhamento das anotações de órgãos partidários.	Presencial e Digital	https://www.tre-ap.jus.br/partidos/partidos-politicos/informacoes-partidarias
Registro de Candidaturas	Serviço prestado à Partidos Políticos, Federações, Coligações, Candidatos	SEJUD CRCP SRP	Procedimento pelo qual os partidos políticos ou coligações solicitam à Justiça Eleitoral o registro dos cidadãos escolhidos em convenção que concorrerão aos cargos eletivos.	Digital	https://www.tre-ap.jus.br/eleicoes/eleicoes-2024/candidatura

Protocolo Judiciário	Serviço prestado à Advogados, partes interessadas, candidatos, Partidos Políticos e público em geral	SEJUD	Recepção e protocolização de requerimento de informações e esclarecimentos relativos aos processos judiciais e administrativos que tramitam na Secretaria Judiciária, mediante consulta aos Sistemas disponíveis: Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP), SEI e Processo Judicial Eletrônico (PJE), além do atendimento de demandas diversas, a exemplo da emissão de certidões, resguardadas as informações de caráter personalíssimo e processos sigilosos.	Presencial e Digital	https://www.tre-ap.jus.br/servicos-judiciais/balcao-virtual
Prestação de Contas Eleitorais	Serviço prestado aos Partidos Políticos e candidatos	SEJUD	Informações sobre as prestações de contas anuais dos Partidos Políticos e utilização de Sistemas de Prestação de Contas Anuais e Eleitorais– SPCA e SPCE.	Digital	https://www.tre-ap.jus.br/partidos/contas-partidarias/contas-partidarias
Sessões Plenárias	Serviço prestado à Advogados, Candidatos, Partidos Políticos, Acadêmicos e demais interessados	SEJUD CSPJ	Reunião dos Juízes membros com a participação da Procuradoria Regional Eleitoral, para julgarem os processos judiciais e administrativos da pauta do dia, e deliberarem acerca das proposições dos Membros da Corte.	Presencial e Digital	https://www.youtube.com/@tribunalregionaleleitorald3947
Comunicação – ASCOM	Serviço prestado à Imprensa e demais cidadãos interessados	Assessoria de Comunicação Social (ASCOM)	Informações sobre acontecimentos e atividades relacionadas à Justiça Eleitoral.	Digital	https://www.tre-ap.jus.br/comunicacao/noticias

Protocolo Administrativo	Serviço prestado à Advogados, partes, partidos políticos, eleitores, unidades administrativas da Secretaria do Tribunal e demais interessados	Seção de Protocolo e Arquivo (SPAR)	Protocolização de documentos administrativos endereçados ao Tribunal, realizando procedimentos de registro e encaminhamento ao setor competente.	Presencial Digital	mailto:protocolo@tre-ap.jus.br
--------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------	-----------------------------------------------------------------------------

7.1. Transformação Digital de Serviços

SERVIÇO	AÇÃO	INICIO	FIM	RESPONSÁVEL (SETOR)	STATUS
Aquisição de Serviço de Computação em Nuvem	Aquisição de licença para utilização de serviço de computação em nuvem	14/03/2023	30/08/2023	STI	Realizado
Aquisição e implantação do OpenShift	O sistema oferece benefícios significativos ao simplificar o desenvolvimento, implantação e gerenciamento de aplicativos na nuvem, além disso, ele também facilita a implantação do fluxo de CI/CD para atualizações rápidas e seguras dos sistemas da justiça eleitorais e fornece ferramentas robustas de monitoramento para rastrear o desempenho e garantir a integridade dos sistemas digitais.	06/11/2023	30/12/2025	STI/CINF	Em andamento
Balcão Virtual	Disponibilizar ferramenta corporativa de solução de videoconferência para o balcão virtual	17/03/2021	30/04/2022	STI	Realizado
Implantação de Plataforma Colaborativa (cloud computing) - SAAS	Implantação de plataforma colaborativa corporativa baseada em computação em nuvem (cloud computing).	01/03/2021	30/11/2021	STI	Realizado
Implantação de Modelos de Inteligência Artificial	Implantação de modelos de Inteligência Artificial no processo judicial eletrônico	03/06/2024	28/02/2025	STI/SEJUD	Realizado
Implantação de Solução para auxiliar na prestação de contas eleitorais nas zonas eleitorais	Implantação de sistema de Inteligência Artificial para auxiliar no processamento da prestação de contas eleitorais.	23/01/2024	30/01/2025	STI/Zonas	Realizado
Implantação do RDC-ARq	Repositório Arquivístico Digital – RDC-Arq para gestão	28/02/2022	30/07/2023	STI/SAO	Realizado

	<p>de todos os documentos em suporte digital e eletrônico. Em atendimento à Portaria TSE 1013/2018, que estabelece a Política de Preservação Digital da JE e contempla a obrigação da implementação de RDC-ARQ em toda Justiça Eleitoral, e art. 34 da Res. CNJ324/2020, que institui diretrizes e normas de Gestão de Memória e de Gestão Documental e dispõe sobre o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário; Resolução CNJ 408/2021, que dispõe sobre o recebimento, o armazenamento e o acesso a documentos digitais relativos a autos de processos administrativos e judiciais</p>				
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--

7.2. Integração de Canais Digitais

SERVIÇO	AÇÃO	INICIO	FIM	RESPONSÁVEL (SETOR)	STATUS
Integração de Canais de Comunicação Interno	Integração dos canais de comunicação da central de serviços da STI.	14/07/2025	30/08/2025	STI	Em andamento
Omnichannel	Unificação de canais de acesso a serviços digitais através da implantação de solução de integração de canais	24/01/2025	30/05/2025	STI/CRE	Em andamento
Implantação do Juízo 100% Digital	Juízo 100% Digital - Implantação do Juízo 100% digital em todas as zonas eleitorais e no 2º grau	09/11/2021	30/05/2022	STI/SEJUD	Realizado
Contratação de serviço de filmagem e transmissão das sessões plenárias e	Contratação de serviço de filmagem e transmissão de eventos e sessões plenárias no TRE-AP.	04/08/2021	30/05/2022	STI/SEJUD	Realizado

eventos em geral do TRE-AP.					
-----------------------------	--	--	--	--	--

7.3. Interoperabilidade de Sistemas

SERVIÇO	AÇÃO	INICIO	FIM	RESPONSÁVEL (SETOR)	STATUS
Portal de Dados Abertos	Disponibilização de Portal de Dados Abertos do TRE-AP, que possibilite a extração de relatórios em diversos formatos eletrônicos, tais como tais como planilhas e texto (CSV, RTF)	24/01/2025	30/03/2025	STI	Concluído
Portal para acesso automatizado por sistemas externos	Disponibilização de Portal para acesso por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina	24/01/2025	30/03/2025	STI	Concluído
Implantação do E-Social	Implantação do E-Social	03/05/2021	30/09/2022	STI	Realizado
PagTesouro	Implantação do PagTesouro	15/04/2021	30/08/2021	STI	Realizado

8. Estratégia para Monitoramento dos Serviços Digitais

O monitoramento do PTD pode ser dividido em dois momentos, implantação dos serviços e sustentação dos serviços:

8.1 Implantação dos Serviços

- O monitoramento dos cronogramas e das metas traçadas no PTD poderá ser desempenhado pelo Comitê/Grupo de Trabalho através de relatórios de andamento enviados pelas unidades/setores responsáveis identificadas em cada ação.
- As atividades necessárias à implementação de cada serviço poderão incluir: o mapeamento do processo atual do fornecimento do serviço; a identificação dos *stakeholders* e elaboração da matriz RACI correspondente; análise de viabilidade; levantamento das normativas relacionadas ao serviço; e fase de otimização do processo do serviço.

8.2 Sustentação dos Serviços

Após a entrega dos serviços para a sociedade, os serviços serão monitorados visando a verificação de sua qualidade, a percepção de benefícios pela sociedade e a melhoria contínua dos serviços.

Para tanto, os serviços poderão ser monitorados através de indicadores de performance, a exemplo do volume de acessos pelo cidadão e quantidade de reclamações registradas na Ouvidoria, relacionadas ao serviço.

9. Carta de Serviço à Sociedade

Após a disponibilização de cada novo serviço digital à sociedade, a Carta de Serviços do TRE-AP deve ser atualizada pelo setor competente.

10. Conclusão

Este plano busca fomentar e implantar a transformação digital no Tribunal Regional Eleitoral do Amapá através de um conjunto de ações que considera a realidade operacional e de pessoal do Tribunal e os serviços que o tribunal entende que podem entregar valor para seus usuários.